mesmo tenha frequentado estas disciplinas em dependência, ficando retido, nas mesmas disciplinas no ano de 2019.”

A Comissão de Supervisores manifestou-se pelo indeferimento do pedido, confirmando a decisão da Escola. Em Despacho, a Dirigente Regional de Ensino, à vista do que consta do expediente e do exposto pela Comissão de Supervisores, ratificou a decisão de manter o aluno retido na 2ª Série do Ensino Médio do Colégio Técnico Singular (fls. 8).

1.2 APRECIÇÃO

A Deliberação CEE 155/2017, que dispõe sobre a avaliação dos alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de São Paulo e dá providências correlatas, estabelece em seu Art. 23, § 2º:

“Art. 23 Da decisão da escola, caberá recurso à Diretoria de Ensino à qual a escola está vinculada, ou quando for o caso, ao órgão equivalente de supervisão delegada, adotando os mesmos procedimentos, com as devidas fundamentações.

§ 2º O expediente deverá ser instruído com cópia do processo de que trata o pedido de reconsideração, contendo os fundamentos da decisão adotada pela escola e os seguintes documentos:

I – regimento escolar;

II – planos de ensino do componente curricular objeto da retenção;

III – instrumentos utilizados no processo de avaliação ao longo do ano letivo, com indicação dos critérios utilizados na correção;

IV – atividades de recuperação realizadas pelo aluno, com a explicitação das estratégias adotadas e dos resultados alcançados;

V – proposta de adaptação e de seu processo de realização (quando for o caso);

VI – avaliações neuropsicológicas ou psicopedagógicas, quando for o caso;

VII – histórico escolar do aluno;

VIII – diários de classe do componente curricular objeto da retenção;

IX – atas do Conselho de Classe ou Série em que se analisou o desempenho do aluno, ao longo e ao final do período letivo;

X – análise de cada um dos pontos argumentados no pedido de reconsideração ou recurso especial feito pelo aluno ou responsável para a reversão da decisão da escola;

XI – declaração da situação de matrícula do aluno;

XII – relatório informando sobre os pedidos de reconsideração apresentados pelo aluno, ou seu representante legal, durante o período letivo.

É importante destacar que a Escola encaminhou a relação dos documentos necessários para fundamentar a decisão da retenção do aluno G.H.M., evidenciando o planejamento de recuperação paralela e contínua de cada unidade (fls.179-181, 205-207, 229-240, 249-251). Vale destacar que a Escola tinha também um trabalho de apoio pedagógico e plantão de dúvidas, mas G.H.M., segundo Relatório Pedagógico da instituição (fls. 123), não tinha o hábito de frequentá-lo, *“principalmente o plantão de exatas”*. No ano anterior o aluno cursando a 1ª Série do Ensino Médio, permaneceu em Progressão Parcial nas disciplinas Física e Química, mas não frequentou estas disciplinas em dependência.

Vale ressaltar que a família compareceu às Reuniões de Pais e Mestres, ao término de cada trimestre, tomando ciência das notas de G.H.M., por meio da ficha individual de avaliação pedagógica. Ao término do 3º Trimestre, o aluno ficou de recuperação em quatro disciplinas (Língua Portuguesa e Literatura, Física, Química e Matemática), mas não conseguiu a aprovação nos componentes destacados.

O pai do aluno, nos recursos encaminhados à DER Santo André e a este Conselho, solicita a não retenção de G.H.M. justificando os seguintes aspectos:

- Aluno não obteve auxílio ou orientação por parte da escola;
- O problema de saúde – doença celíaca – pode causar dificuldade de aprendizagem.

Na linha do que preconiza a Deliberação CEE 155/2017, ainda em seu Art. 23, especialmente no § 5º, não se apurou inobservâncias das atividades escolares e não há condições essenciais para a aceitação de recursos especiais por duas razões: não há apresentação de fato novo, nem evidências de atos discriminatórios contra o aluno G.H.M.

Os argumentos apresentados pelo pai do aluno, no recurso dirigido a este Conselho, não justificam a alteração da decisão tomada pela Escola e reiterada pela Diretoria de Ensino.

2. CONCLUSÃO

2.1 Nos termos deste Parecer, indefere-se o solicitado no recurso apresentado pelo Sr. Helber Fernando Mendes, pai do aluno G.H.M., mantendo-se sua retenção na 2ª Série do Ensino Médio.

2.2 Envie-se cópia deste Parecer ao Interessado, ao Colégio Técnico Singular, à DER Santo André, à Coordenadoria Pedagógica – COPED e à Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula – CITEM.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

a) Consª Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica adota como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti, Antonio José Vieira de Paiva Neto, Bernardete Angelina Gatti, Claudio Kassab, Denys Munhoz Marsiglia, Fábio Luiz Marinho Aidar Junior, Ghisleine Trigo Silveira, Katia Cristina Stocco Smole, Laura Laganá, Mauro de Salles Aguiar e Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede.

Reunião por Videoconferência, em 10 de junho de 2020.

a) Consª Bernardete Angelina Gatti
Presidente da CEB

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Básica, nos termos do Voto da Relatora.

Reunião por Videoconferência, em 17 de junho de 2020.

Cons. Hubert Alquéres
Presidente